

I Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades - 26 a 29 de Junho de 2012 Universidade Federal do Espírito Santo. GT Africanidades e Brasilidades: GT Desafios epistemológicos

O Outro autor e a tarefa de escrever sobre si – as implicações subjetivas do contexto pós-colonial

Katia Gomes da Silva¹

A vida humana se pensa historicamente, existem as grandes narrativas sobre as sociedades, as histórias dos países, como também têm as histórias particulares, as micro-histórias, como as de grupos menores, as de famílias, ou as de um indivíduo, como é a biografia. A biografia geralmente é de personalidades que possuem uma importância pública e que por isso geram curiosidade ao público em geral. Mas podem ser realizadas para a divulgação somente entre os próximos, servindo de memória familiar ou apenas para satisfação própria.

A modalidade biográfica, feita por si ou por outro, quer mostrar uma trama comovente e convincente, possuidora de uma profundidade sobre o indivíduo em questão. Esse “jogo” narrativo não se constitui apenas em organizar o pré-dado, o passado, mas em dar sentido à trama narrativa da referida vida vivida, que permanece na memória. Assim, durante o ato da escrita, os sentidos, as interpretações do já vivido vão tomando forma e se reinterpretando, num contínuo.

A tarefa da biografia clássica é geralmente procurar por uma essência do indivíduo, uma unidade coerente, em que os fatos vivenciados e as escolhas realizadas possam mostrar traços da personalidade. Isso está intimamente ligado com uma noção de verdade. Mesmo sabendo da impossibilidade de se alcançar uma absoluta verdade, inclusive na produção sobre nós mesmos, as autobiografias possuem certo “selo” de credibilidade da verdade. Pois acreditamos que o único que pode se conhecer por completo, de ter poder normativo de se entender e se justificar, é o próprio indivíduo. No entanto, Klinger (2007) já nos aponta, em seu trabalho, as possibilidades da autobiografia ficcional

¹ Mestranda em Relações Etnorraciais; CEFET/RJ; 26.katia.silva@gmail.com

ou incongruências e contradições que podem existir na autobiografia, onde o apresentado não se assemelha ao “real”, assim, como a capacidade do ser humano em poder deformar ou inventar o que quiser. Nietzsche (*apud* DUQUE-ESTRADA, 2009) bem nos lembra que o homem é um sujeito performático, possuidor de máscaras e papéis. Além disso, não é apenas o outro, que não nós, que realiza “cortes”, selecionando passagens e formas de se narrar. Nós também fazemos isso e, portanto, também somos subjetivos na nossa própria produção.

Outro quesito para reflexão é lembrar que, no ato da escrita, é apresentado todo um conflito interno regido por regras subjetivas e que, por isso, a linguagem é também um objeto de investigação, pois ela é uma ferramenta de representação. O seu uso, as formas, o dito e o não dito, o que não foi lembrado, o subliminar, são questões que devem ser pensadas. Devem ser criticadas como uma problemática e suas análises devem perceber uma diferenciação do “eu” que escreve, que relata, e do “eu” que é protagonista da história biografada, que viveu. Ao escrever, o “eu” vai se formando, se delineando, amadurecendo, não só pelo ato da escrita, mas por toda a sua vivência que se altera e se reinscreve a todo o momento.

A multiplicidade de “Eus”

Nietzsche (*apud* KLINGER, 2007) questiona filosoficamente sobre o “eu” que pensa. Ele diz que o pensamento vem, mesmo quando o “eu” não quer. Ficam questões: quem é esse “eu”? O “eu” que pensa? O “eu” que age? O “eu” que escreve? Ele pode ser visto como único? No caso do ato da escrita, ele pode ser visto como um exterior do ser, mesmo que subjetivado por ele. Tratar-se-ia de um diferenciador de dois “eus”? Um da prática vivenciada e o outro que dá corpus, narrando como se fosse outra presença, acusada pelo ato? Na realidade, ele compreende diversos “eus”, seria uma multiplicidade de “eus”. Os “eus” que trazem as referências do externo, do que ouviu, do que leu, do que viu, os “eus” performáticos no sentido de sermos pessoas diferentes de acordo com os papéis que desempenhamos na sociedade (mãe, filha, estudante etc) ou em como procedemos ou nos apresentamos seguindo as normas do outro, num sentido de que haja aceitação, no sentido do *ethos* (MAINGUENEAU, 2008). É um ato de projeção de si no outro e vice-versa fundada na noção de encenação, por isso

que é performático. Também podem ser “eus” ficcionais, inclusive com autonomia signatária, como acontece com os heterônimos da obra de Fernando Pessoa.

Esses diferentes “eus” do indivíduo estão ligados à noção de representação. Como sujeito, capaz de conhecer, tendo como correlato o objeto, o que conhece o conhecido, isto é, capaz de ação, intervenção, ele é o responsável por si na individualidade, na sua apresentação, na sua representação. A representação é uma tradução entre “o que é” e “o que é mostrado”, seja na tentativa de se buscar a máxima fidelidade dessa mostra ou não. “O que é” é o grande obstáculo epistemológico, porque interligamos essa fórmula linguística com as noções de essência, de verdade, como se algo pudesse ser e o é, porque algo o define (a essência) e o que o define é algo real, inteligível (é verdadeiro/legítimo que pode ser conhecido). Os intelectuais se debruçam na tentativa de compreendê-lo, tanto no sentido de entendimento, quanto no de cerceamento do que significa a palavra “compreensão”. Além de compreendê-lo, o outro embaraço epistêmico é o de interpretá-lo, explicá-lo, mostrá-lo, traduzi-lo, isto é, representá-lo para outro que não é “o que é”. Afinal, nessa lógica “o que é” sabe “o que é”, apenas o externo a ele não o sabe, não o conhece. Aí entra a representação, no diálogo entre o *ser* e a *aparência* (HEIDEGGER *apud* SODRÉ, 2005). Na ação da autorreflexão, o indivíduo se externa de si próprio, aumentando a subjetividade na seleção de si para si e de si para outro. Ele é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto do conhecimento, portanto é um sujeito apreendido como um representante (DERRIDA *apud* KLINGER, 2009). Essa prisão da representação na ação de se mostrar como sujeito, para outro ou para ele mesmo na concepção de outro, pela exteriorização do ato de se colocar como sujeito e objeto de conhecimento, têm ligação direta com a própria palavra sujeito, no que tange a ser submetido.

O ser negro (o Outro) inserido no debate

O espaço entre “o que é” e “o que é mostrado/apresentado” (ou “o que se quer mostrado”), conceituado por Bhabha (1998) como *entre-espaço*, marcado pela *ambivalência*, pode também ver aí ser enquadrada a noção de representação. Se a representação é um desafio infinito da ciência, pode ter um expoente matemático elevado ao quadrado em sua base que é ser negro.

Bhabha (1998) explica que a demanda da identificação tem a ver com a representação do sujeito na alteridade diferenciadora, sendo que no caso do ser negro essa identificação é marcada pelos estereótipos negativos e preconceitos legados do período colonial, marcada por uma violência epistemológica do branco para com o negro.

Os polos Eu e Outro, branco e negro, podem ser vistos ambos como escravizados, tal como nos disse Fanon (2008), um em sua brancura e o outro na sua negrura, respectivamente. Um se achando superior ao outro e o outro tentando provar que não é inferior, em uma relação de dependência na significação, em que para se existir assim, necessita desse tipo de condição, dessa relação, em que se tornar superior é ter o mundo branco como finalidade. Essa vontade de embranquecer é justificada com a ideologia da inferioridade e com a existente desigualdade econômica, constantes do ser negro. Para Fanon, “o negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco” (FANON, 2008, p.33). Segundo esse autor, aprender e adotar a língua da ex-metrópole, casar com um branco, são formas de se chegar ao mundo branco, de embranquecer-se e conseqüentemente julgar ter atingido a superioridade, para sentir a sua autoestima ser elevada.

O referencial do negro é o branco. Os padrões estéticos e culturais são relativos à branquitude. Contudo, isso não significa que a branquitude deva ser vingada, invertendo os papéis, isto é, superiorizando a negritude e inferiorizando e descartando a branquitude. O que está sendo discutido é a centralidade da branquitude e é essa centralidade que violenta, pois não dá liberdade a outras possibilidades. Logo, a principal questão em debate é descentrar essa branquitude.

Fanon espera que um dia ainda possamos viver sem as “amarras” da cor, pois até mesmo “(...) aquele que adora o preto é tão ‘doente’ quanto aquele que o execra. Inversamente, o negro que quer embranquecer a raça é tão infeliz quanto aquele que prega o ódio ao branco” (FANON, 2008, p.26). Bhabha (1998) explica essa relação complexa pela via da *ambivalência*, não apenas ódio, nem apenas medo, que pode se manifestar como desejo, de ambas as partes, tanto do ser negro como do ser branco. São questões que se apresentam na atualidade, mas que se constituíram historicamente com a colonização e a escravização.

Na vontade de civilizar, colonizar o Outro, se valendo da violência física e psicológica, “os olhos do homem branco destroçam o corpo negro” (BHABHA, 1998, p.73). Isso acaba por gerar nesse Outro um querer imitar e/ou um desejo da inversão dos papéis. Bhabha explica que isso denotaria uma imagem duplicadora, a de estar em dois lugares ao mesmo tempo para que haja a vingança. Ele explica que a vontade da vingança pode não apenas se mostrar em querer essa inversão dos papéis, no caso de colono e colonizado, mas também de devolver um contraolhar, um olhar que vê sem ser visto, que assombra e vigia, numa paranoia sem ponto fixo, sem exatidão de quem é esse que vê. Esse que vê sem ser visto é o inferiorizado, o oprimido, os sem autonomia, sujeitos à influência hegemônica de outro grupo social, é o subalternizado. Spivak (2010) explica que esse ser, o subalterno, é uma categoria alijada do poder. Ele não é qualquer sujeito marginalizado, mas sim quem não é ouvido, quem está excluído do mercado econômico, da política etc. Trata-se de uma massa sem rosto, mas que é heterogênea, que não possui voz ou não é escutada, que trabalha pra quem é visto e que não consegue ver esse indivíduo invisibilizado pela sua própria condição *à priori*.

Esse ser do qual estamos falando e denominando de o Outro pode ser estendido para além do negro, podendo ser o muçulmano, o oriental, o indígena, enfim, os não-brancos. Essas relações étnicorraciais constituem o Outro como um perigo iminente, os possíveis inimigos, geralmente associados à criminalidade ou infantilizados, como se necessitassem de ajuda para o seu desenvolvimento. Essa violência que pode ser física, na punição, na repressão ou gratuita, se alimenta e aumenta com a violência psicológica e epistemológica. Ao Outro é negado o passado, a cultura. Colocam-no à margem, impregnam-lhe o sentimento de inferioridade, de feiura, de não capaz, cuja única saída possível é embranquecer-se, ocidentalizar-se. No caso brasileiro, como “recorte” racial, o negro é o que está na base dos preconceitos, na última instância da inferioridade, por essa razão que ele é foco desta presente análise.

O Outro recuperando o status de sujeito narrador

Para Spivak (2010), estar nessa condição de Outro, subalternizado, é não ser sujeito, é não poder falar, pois falam por ele e não o deixam falar, como em

tutela, logo se trata de uma violência epistêmica. É um indivíduo marcado pelo lugar vazio do processo da história sem sujeito. Portanto, ele é indivíduo, mas não é sujeito, é um objeto de investigação. Se falar por si já é tão difícil, pelo outro é ainda mais delicado, será sempre arbitrário. É como o exercício da tradução e sabemos que há peculiaridades que só quem convive e partilha daqueles signos particulares, dos significados atribuídos a eles, é que entenderão seu significado. Mesmo quando o significante é o mesmo, o significado pode mostrar outra mensagem, podendo até ser contrária. No entanto, essas mesmas questões também estão presentes no autoconhecimento, pois também podemos não compreender a nós mesmos quando queremos nos traduzir. Mas aí entra a questão da legitimidade, cujo princípio estabelece que por mais incoerente que se possa parecer, a liberdade de se autorrepresentar é o que importa.

A referida autora critica os intelectuais pós-coloniais ocidentais por se julgarem autorizados a falar pelo outro, falar em nome de. Até em discursos de resistência, eles estarão dentro dos padrões hegemônicos e, portanto, seguirão a agenda internacional do Ocidente. Além disso, apenas o simples fato de falar pelo outro, acaba por calar o outro. Deve-se, em vista disso, questionar de onde se teoriza, quais são os interesses em jogo em querer representar o Outro. Santiago (2000) comenta que a própria etnologia foi a tentativa de recuperação cultural dos povos colonizados. Povos que foram assassinados, violentados, excluídos e negados. Para Spivak (2010), nesse sentido, a mulher é o subalterno do nível mais inferior, o mais sem voz, então, ela, como mulher indiana, pensa no intelectual como uma figura política, e assim ela reconhece a importância do seu papel e da sua produção no contexto apresentado. Portanto, falar pelo outro, sobre o outro, com o outro, ou falar sobre si, são atitudes políticas que devem ser observadas e “postas à mesa”.

A produção do Outro, o Outro narrador, tem suas peculiaridades, devido a sua própria condição de pós-colonial. Santiago (2000) explica que o escritor latino-americano lê muito, mas não produz na mesma intensidade. Quando produz, o faz sobre outro texto, pois esse tipo de escritor gosta de “jogar” com os signos das obras de outros autores. Se qualquer obra possui uma preocupação com a recepção, no caso desse tipo de escritor há certa dívida com o autor

Ocidental, mostrada pela imitação, pelo antropofagismo² ou pelo compromisso com o “já-escrito” partindo da outra obra como fonte. Contudo, Santiago marca que o que de fato é uma peculiaridade, de produções como essas, é o fato do escritor latino-americano estar num *entre-lugar* que parece um lugar vazio, mas não é. Ele está no caminho do meio entre opostos. Entre prisão e transgressão, entre assimilação e expressão, entre obediência e rebelião, entre ser sujeito a partir de uma antiga relação entre o Eu e o Outro etc.

A emancipação desse Outro se tornando sujeito no processo da produção intelectual é importante para a viabilidade de uma democracia plena, para que haja uma sociedade mais igualitária, mostrando a pluralidade humana, dando liberdade para o desenvolvimento sadio das identificações. Essa produção não é apenas científica, ela compreende o falar de si, as reflexões autobiográficas. Versiani (2005) dialoga com os estudos de Julia Watson para mostrar que a entrada desses outros atores nas biografias está “quebrando” com a tradição da biografia canônica do ser coerente, único e estável, incorporado como homem branco e europeu. Vivemos um momento em que o indivíduo se mostra como um sujeito histórico, sendo resultado de interações com outras subjetividades. São plurais porque saem da centralidade do discurso das hegemonias, emergindo grupos minoritários de representação política. O Outro está personificando o “eu”, na escrita, trazendo diferentes vozes culturais para o testemunho histórico.

Dessa forma a autobiografia sai da esfera do particular, do status de privado apenas, para ser pensada como categoria de contexto histórico, uma micro-história. Servindo assim como uma possível ferramenta de análise científica para a área das humanidades, onde somadas essas vozes acabam por mostrar as diferentes facetas do ser de um mesmo dado contexto, como partes do que compomos como pensamentos de uma geração. Diante disso, fica o desafio epistemológico: como conceituarmos essa situação para que isso venha a dar conta de sua peculiaridade? Versiani (2005) nos propõe pensar que a autobiografia pode ser relacionada às novas concepções de etnografia, as quais poderiam ser conceituadas como *autoetnografia*. A autora explica que isso parte da noção de Clifford que traz a ideia de etnografia como uma produção em

²Movimento pertencente ao Modernismo Brasileiro conhecido por “comer” o que vem do estrangeiro e expelir uma nova coisa no sentido cultural.

conjunto, com a visão de uma realidade compartilhada, uma negociação construída pelo etnógrafo e etnografado, não no sentido anterior de falar do outro ou pelo outro, mas em falar com o outro.

A produção escrita e as implicações subjetivas da condição pós-colonial

Mesmo com a atualidade mostrando um novo cenário para as produções escritas, mesmo com a centralidade do Ocidente sendo questionada e com a entrada de novos atores propondo uma “leitura” do mundo mais plural, com a complexidade que ele exige, ainda assim temos alguns problemas teóricos. Como refletir sobre si sob essas condições historicamente postas de inferiorização, de exclusão, de negação, de discriminação? Como conseguir voz e não apenas ser o representado, com outros falando por si? Como escrever sobre si num mundo em que a imposição cultural, imagética e estética é maciçamente branca? Essa escrita pode se desvincular de tudo isso e se mostrar neutra, sem as implicações dos preconceitos recebidos? Pode ser de fato uma produção liberta da noção de resposta ou de dependência das obras dos ex-colonos? Bhabha nos convida a pensar que são afirmações que apresentam:

uma política cultural de diáspora e paranoia, de migração e discriminação, de ansiedade e apropriação, que é impensável sem uma atenção àqueles momentos metonímicos ou subalternos que estruturam o sujeito da escrita e do sentido. (BHABHA, 1998, P.96)

O desafio desse escritor, que era configurado como Outro sob todas as condições aqui expostas, é enfrentar um “embate” que envolve a antiga relação do Eu e do Outro, assim como do Eu e do Outro dentro dele mesmo, tal como acontece no filme “Clube da Luta” do diretor David Fincher, na perspectiva da existência de vários “eus” dentro de si, conflitantes por vezes. Ou ainda, partindo dos pensamentos de Fanon, em “Peles negras, máscaras brancas”, pensar a relação Eu e Outro, um dentro do Outro em vice-versa, na dependência que os dois se estabelecem como referência para existirem dessa forma. Esse “embate” também configura os novos posicionamentos da desalienação do Outro, pois, agora na situação de sujeito, não se deve ser o que o antigo Eu impunha. Pode-se ser o que quiser. Entretanto, tem que se atentar para as imbricações políticas da escolha do que ser. A potencialidade do ser, em sua escolha do que ser, deve

estar alerta quanto aos valores preconceituosos que envolvem o ser, no que historicamente foi negado ao ser.

É um desafio posto pelo hibridismo. No exercício da identificação, nas possibilidades do ser, as escolhas, isto é os movimentos de identidade, são diálogos que fazem parte e trazem significados diferentes a diversos signos sociais. Então, não podemos esquecer que está dada a impossibilidade de reivindicar a origem de si ou do outro na perspectiva de identidade em seu formato pleno, em raízes puras, porém não podemos perder de vista o que também está em jogo, pois essa incapacidade de requerer uma pureza pode servir de argumento político para as culturas hegemônicas continuarem em seu status de superiores.

Tudo isso está presente na obra do Outro, agora autor, produtor de si ou de outrem. Sua obra trará esses elementos da subjetividade da sua condição histórica e da recuperação do status de sujeito. Afinal, a subjetividade não está presente no movimento “eu” e “outro”, ela também está posta no “eu” e “eu”. Dessa forma, podemos concluir que qualquer obra mostra vestígios da autobiografia ou *autoetnografia*, como nos propõe Versiani, pois são sinalizados interesses e escolhas do autor e conseqüentemente de sua época, explicitando situações da ordem política e econômica em questão, seja no contexto macro (por exemplo países desenvolvidos e subdesenvolvidos), seja no contexto micro (elite ou subalternizado, branco ou preto etc). Logo, contextualizar a obra e o autor são tarefas ainda mais emergentes para a compreensão de qualquer produção. O maior ganho de tudo isso é “por em xeque” às metanarrativas, pois a noção sobre a realidade se difere a partir do ângulo visto pelo autor, pelo “peso” histórico que o autor carrega consigo e pela situação histórica específica do momento da interpretação ou reinterpretação.

O mundo vive um momento bem especial de reinscrição, em que as formas e seus conteúdos estão sendo questionados e repostos para uma direção indefinida quanto à exatidão do resultado, mas trazendo a certeza da complexidade do processo, necessária para uma ampliação das produções humanas e de suas possibilidades. Portanto, se debruçar sobre qualquer produção pós-colonial exige pensar em tudo que a história pode ali se fazer representar, isto é, a observação do lugar do escritor é fundamental para que se

percebam as entrelinhas da obra ou do que “grita” a obra claramente. Não que isso trará um conforto de uma provável sistematização do mundo em algo mais simples e fácil de compreensão. Pelo contrário! As oscilações entre certeza e incerteza, entre definição e indefinição, entre o que é e o que aparenta ser, em suma, a ambivalência, tão estudada por Bhabha, é a marca, é a autenticidade do contexto histórico atual do qual nascerão diálogos que irão se desenrolar em novas ideias e criação de outras subjetividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BHABHA, Homi K. “Interrogando a identidade: Franz Fanon e a prerrogativa pós-colonial”. In: *O local da cultura*. BH: Ed. UFMG, 1998, pp.70-104.
- DUQUE-ESTRADA, Elizabeth Muylaert. “Im/Possibilidade da Autobiografia.” In: *Devires Autobiográficos: a atualidade da escrita de si*. Rio de Janeiro: NAU/editora PUC-Rio, 2009, PP.17-58.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- KLINGER, Diana. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, PP.19-57.
- MAINGUENEAU, Dominique. “A propósito do Ethos”. In. MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana. (orgs.) *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTIAGO, Silvano. “O entre-lugar do discurso latino-americano”. In: *Uma literatura nos trópicos*. 2ªed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, PP.9-26.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Freitas, André Pereira Freitas. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.
- VERSIANI, Daniela Beccacia. “Autobiografias e etnografias: discutindo estratégias alternativas de leitura e produção” In *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005, PP.73-90.